

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

(Da Sra. Benedita da Silva)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a continuidade e ampliação do trabalho de prevenção e combate à tuberculose realizado pelas entidades da sociedade civil.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública, para discutir a continuidade do trabalho de prevenção e combate à tuberculose realizado pelas entidades da sociedade civil.

Sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades ou representantes:

Dr. Draurio Barreira, Coordenador do Programa Nacional de Controle da Tuberculose – PNCT/MS;

Dr. Antônio Ivo, Presidente ENSP/Fiocruz;

Dr. Germano Gerhardt Filho, Presidente Fundação Ataulpho de Paiva – FAP;

Jair Brandão – Parceria Brasileira contra a Tuberculose – Stop TB Brasil / Comitês Metropolitanos;
Carlos Basilia – Observatório Tuberculose Brasil;
Wanda Guimarães – Fórum ONGs TB;
Rita Smith – Grupo de Apoio a Pacientes TB da Rocinha;
Manuel Raimundo de Jesus - União das Organizações Sociais e Culturais de Camaçari;
Neusa Heinzelmann - Comitê Metropolitano de Tuberculose de Porto Alegre.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista o Brasil ter tradição no envolvimento da sociedade civil em programas de saúde. A participação do movimento social no controle da tuberculose no Brasil é histórica, remonta a 1900 e foi marcada pela existência da **Liga Brasileira contra Tuberculose** criada no Rio de Janeiro na figura da **Fundação Ataulfo de Paiva**, reunia médicos, higienistas, intelectuais, membros da alta sociedade carioca que buscavam a cura desta doença, bem como sua profilaxia. O debate em torno desta doença era grande desde o final do século XIX, tanto na Academia de Medicina quanto na imprensa quotidiana, mas deteriorou-se no tempo com o advento do tratamento medicamentoso de curta duração com a descoberta da quimioterapia antibiótica específica, a partir da década de 1940, uma maior intervenção do estado e o mito de que a tuberculose havia sido erradicada na maioria dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

A tuberculose ainda é um sério problema da saúde, com profundas raízes sociais, está ligada ao estigma que implica na não adesão dos portadores e/ou familiares/contactantes.

O surgimento da epidemia de AIDS e o aparecimento de focos de tuberculose multirresistente agravam ainda mais o problema. O

surgimento da AIDS inaugurou um novo capítulo da tuberculose em todo o mundo.

São muitos os problemas: falta de benefícios sociais/assistenciais e facilidades aos pacientes em tratamento como transporte e alimentação, falta de informação e orientação adequada aos pacientes e familiares, dificuldade de acesso às unidades de saúde, demora no atendimento e na entrega do resultado do exame por parte dos laboratórios, alto índice de abandono do tratamento e perda de casos em tratamento pelos programas que não fazem a busca ativa dos abandonos e de novos casos. A maioria dos programas de tuberculose, ainda centralizados, espera que a pessoa com tuberculose vá até a unidade de saúde – na maior parte nas emergências e hospitais de referências. Este método passivo na detecção de casos atrasa o diagnóstico e permite à tuberculose se disseminar mantendo a cadeia de transmissão na comunidade. Contudo, é crescente a onda mundial do protagonismo de entidades, grupos e redes não governamentais que buscam uma nova atuação e um novo papel social e político para defender os seus interesses e intervir em diversos aspectos que o estado faz de forma precária. É o caso das epidemias como a AIDS e a Tuberculose.

A Organização Mundial de Saúde vem incentivando as ONGs - organizações da sociedade civil organizada a participarem de campanhas de prevenção e monitoramento de tratamento. Essa estratégia é representada pelo Stop TB Partnership, um fórum de parceiros dos mais diversos setores público privado e segmentos sociais.

No Brasil em nov/2004, foi criada a **Parceria Brasileira contra a Tuberculose STOP TB Brasil**, hoje com mais de cem entidades afiliadas, é uma instância colegiada, de caráter propositivo, consultivo e de mobilização social, voltada para promover a prevenção e o controle da tuberculose e da co-infecção TB/HIV por meio de esforços conjuntos e articulados de Organizações Governamentais e Não Governamentais, Entidades Públicas e Privadas, Entidades Confessionais, Academia, Instituições de Pesquisa, Sociedade Civil Organizada, Pessoas Físicas e outros entes jurídicos nacionais e internacionais com atuação no Brasil,

comprometidos com a temática e em parceria com o Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT).

O envolvimento das organizações da sociedade civil é estratégico e tem como objetivo assegurar que os pacientes com tuberculose concluam o tratamento prescrito e a detecção precoce de novos casos, principalmente em lugares de difícil acesso e baixa cobertura das unidades de saúde pública.

Nesse contexto, consideramos de fundamental importância o papel das ONGs, fóruns e redes comunitárias no enfrentamento do problema, tanto no campo da assistência como na prevenção, bem como na vigilância, denúncia e cobrança da implementação de políticas públicas de saúde dirigidas aos pacientes com Tuberculose, seus familiares e esclarecimentos à população em geral. A isso chamamos de controle social da Tuberculose, a exemplo do que já vem ocorrendo no país desde o ano de **2003**, com a criação do **Fórum Estadual das ONGs na Luta contra a Tuberculose no Rio de Janeiro**, um marco histórico do resgate da participação social no combate a TB, composto por uma rede com mais de 190 entidades comunitárias. Reconhecido nacional e internacionalmente como um modelo de referência da atuação das ONGs em **Advocacy, Comunicação e Mobilização Social em Tuberculose** (ACMS). Os Fóruns Estaduais das ONGs no Combate à Tuberculose, instância de articulação, representação e mobilização social é um movimento da sociedade civil organizada de base comunitária de entidades engajadas na luta contra a tuberculose.

Em maio deste ano foi criada na Câmara dos Deputados a **Frente Parlamentar Pela Luta Contra a Tuberculose**, cujo objetivo é sensibilizar o legislativo federal na busca de apoio e soluções para o combate e prevenção à tuberculose em todo o território nacional.

Experiências como a **Frente Estadual de AIDS e Tuberculose no Rio de Janeiro** e a instituição do **Dia Estadual de Conscientização e Mobilização de Combate à Tuberculose (06/07)** tem se mostrado uma importante estratégia para o controle social, e ações mais efetivas de

enfrentamento da TB e da coinfecção TB/HIV no Estado do Rio de Janeiro e tem servido de modelo para a criação de frentes similares em outros estados.

A conquista do controle da tuberculose repousa na parceria do trabalho conjunto entre governos, poderes legislativos, profissionais de saúde, pacientes e a sociedade civil organizada.

São estas as razões que me inclinam a solicitar a realização de uma audiência pública, esperando receber de meus pares o apoio necessário para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2012.

BENEDITA DA SILVA - PT/RJ
Deputada Federal